

REVOGADO



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Presidência

[\[Revogado pela Portaria Conjunta TRT3/GP/GCR/GVCR 223/2020\]](#)

PORTARIA GP N. 117, DE 20 DE MARÇO DE 2020

Suspende a prestação presencial de serviços no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região e estabelece protocolo para a prestação presencial mínima e restrita aos serviços essenciais ao cumprimento das atribuições da Justiça do Trabalho como medida de emergência para prevenção da disseminação do Novo Coronavírus (COVID-19).

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a [Resolução nº 313, de 19 de março de 2020](#), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e o [Ato Conjunto CSJT.GP. VP e CGJT. nº 001, de 19 de março de 2020](#), do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT),

RESOLVE:

Art. 1º A prestação jurisdicional e de serviços no primeiro e segundo graus efetivar-se-á por meio remoto de 20/3/2020 a 30/4/2020.

Parágrafo único. As atividades da Presidência do Tribunal, os serviços de segurança, tecnologia da informação e comunicações, comunicação institucional e saúde manterão em serviço presencial o pessoal estritamente necessário.

Fonte: BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. Portaria n. 117, de 20 de março de 2020. Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, Brasília, DF, n. 2939, 23 mar. 2020. Caderno Administrativo, p. 2-3. Caderno Judiciário, p. 1-2.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial

Art. 2º Para efeitos desta Portaria, consideram-se atividades essenciais à manutenção mínima:

I - o protocolo, distribuição, comunicação e publicação com prioridade aos procedimentos de urgência;

II - a elaboração de despachos e decisões judiciais e administrativas, bem como os serviços de apoio relacionados, inclusive os destinados à publicação dos atos;

III – o atendimento às partes, advogados e membros do Ministério Público ocorrerá na forma do art. 5º, *caput* e §§ 1º e 2º;

IV – pagamento de pessoal;

V - o serviço médico, limitado aos serviços internos;

VI - a segurança pessoal dos magistrados, assim como a do patrimônio do Tribunal;

VII - a liquidação, fiscalização, acompanhamento e pagamento de contratos administrativos;

VIII – os serviços de comunicação institucional, limitado à prestação de informações e comunicações de caráter urgente e impostergável;

IX - os serviços de tecnologia da informação e comunicações essenciais à prestação das atividades definidas neste dispositivo.

§ 1º Os gestores dos serviços e atividades essenciais descritos no *caput* devem organizar a metodologia de prestação de serviços em regime de trabalho remoto.

§ 2º Ficam suspensos os prazos processuais no primeiro e segundo graus, e as notificações para audiências, salvo as relativas às medidas de urgência.

§ 3º A fiscalização direta dos contratos administrativos, de que trata o inciso VII, será executada no que estritamente necessário, observando-se as medidas epidemiológicas instituídas pelos Poderes Executivo nacional e local e as emergenciais quanto ao cumprimento dos contratos em vigor.

Art. 3º Não serão realizadas sessões presenciais de julgamento no período de 20/3/2020 a 30/4/2020.

Art. 4º Os gestores das unidades estabelecerão procedimentos para que os serviços sejam prestados por meio do regime de trabalho remoto temporário.

§ 1º As atividades incompatíveis com o trabalho remoto deverão ter sua prestação compensada posteriormente, sendo certo que a forma de compensação será definida em ato próprio a ser oportunamente regulamentado.

§ 2º A Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicações providenciará protocolo de atendimento específico para garantir os meios para o trabalho remoto.

§ 3º O cumprimento da jornada de trabalho será atestado pelo gestor da unidade, mediante a execução das atividades determinadas.

§ 4º Fica dispensada a adoção dos procedimentos previstos nas [Resoluções CSJT n. 151/2015](#) e [CNJ n. 227/2016](#) e do fluxo estabelecido pela Comissão de Gestão do Teletrabalho no âmbito deste Tribunal ([Portaria GP n. 369/2016](#)).

Art. 5º A comunicação aos magistrados, advogados, partes, membros do Ministério Público e servidores ocorrerá preferencialmente por meio eletrônico ou telefônico, inclusive quanto ao protocolo de petições e prática de outros atos processuais, com prioridade aos processos de urgência.

§ 1º Os endereços eletrônicos das unidades administrativas e judiciárias estão disponíveis no *site* do TRT3 (<https://portal.trt3.jus.br/internet/contato/telefones-e-enderecos>).

§ 2º Faculta-se, na forma do art. 2º, § 1º, III, da [Resolução nº 313, de 19/3/2020](#), do CNJ, em situações excepcionais, o atendimento presencial.

Art. 6º Durante a vigência desta Portaria, o plantão extraordinário de que trata o art. 2º da [Resolução CNJ n. 313, de 2020](#), funcionará em idêntico horário ao do expediente forense regular, estando preservadas as competências funcionais e regimentais de cada juízo e órgão fracionário, bem como as de seus respectivos integrantes, devendo as tutelas provisórias e outros incidentes que reclamem urgência ser examinados pelo respectivo Desembargador Relator ou Juiz, que as decidirá remotamente.

Parágrafo único. Ficam mantidas as regras do plantão judiciário ordinário, estabelecidas nos arts. 182-A a 182-D do [Regimento Interno](#), nos arts. 2º a 14 da [Resolução Conjunta GP/CR n. 58/2016](#) e na [Resolução CNJ n. 71/2009](#), bem como as escalas de plantão de primeiro e segundo grau já aprovadas e disponíveis na intranet.

Art. 7º A atuação presencial de serviços terceirizados será limitada ao suporte das atividades essenciais definidas no art. 2º, bem como aos serviços de limpeza, conservação e segurança, no patamar mínimo necessário à manutenção do Tribunal.

Art. 8º Os casos omissos serão dirimidos pela Presidência do TRT3.

Art. 9º Revogam-se a [Portaria GP nº 109, de 13 de março de 2020](#), e as Portarias Conjuntas [GP/CR/VCR nº 112, de 16 de março de 2020](#), e [GP/CR/VCR nº 114, de 17 de março de 2020](#).

Art. 10 Este Ato entra imediatamente em vigor.

JOSÉ MURILO DE MORAIS
Desembargador Presidente